



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

| CPI - OBRAS INACABADAS     |                |                  |
|----------------------------|----------------|------------------|
| EVENTO: Reunião ordinária. | Nº: 000591/01  | DATA: 20/06/01   |
| INÍCIO: 14:49              | TÉRMINO: 15:37 | DURAÇÃO: 0:48:00 |
| TEMPO DE GRAVAÇÃO: 0:50    | PÁGINAS: 25    | QUARTOS: 10      |
| REVISÃO: DANIEL            |                |                  |
| CONCATENAÇÃO: DANIEL       |                |                  |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

|  |
|--|
|  |
|--|

SUMÁRIO: Aprovação dos Requerimentos de nºs 72/01, 96/01, 97/01, 98/01, 100/01, 101/01, 102/01, 103/01 e 104/01.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados.  
Há intervenções simultâneas ininteligíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião. Ata. Tendo em vista a distribuição antecipada da cópia da ata da reunião anterior, consulto o Plenário sobre a necessidade da sua leitura. Deputado Paulo Baltazar. *(Pausa.)* Consulto o Plenário sobre a leitura da ata. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR** – Tendo já a ata na mão, queria dar como lida a ata da reunião passada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Dispensada a leitura. Coloco a ata em discussão. *(Pausa.)* Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)* Aprovada. Expediente. Peço à Secretária que distribua o resumo das correspondências e faça constar na ata desta reunião o referido resumo. Antes de entrar na Ordem do Dia, só quero registrar aqui o comunicado do Deputado Magno Malta, cumprimentando cordialmente esta Presidência e solicitando justificativa a sua ausência na sessão desta Comissão dos dias 20 e 21 de junho do corrente ano, uma vez que estará participando de compromisso político-partidário, no Estado do Espírito Santo, sem ônus para esta Casa, além de participar do culto fúnebre do Pr. Benedito Aurora, Vice-Presidente da Convenção Batista, Presidente da Junta Administrativa do Seminário Teológico Batista, do Estado do Espírito Santo, e Pastor da Primeira Igreja Batista, em São Gabriel da Palha, tendo já pastoreado igrejas em Linhares e Castelo. Esta reunião foi convocada para deliberação de requerimentos. Concedo a palavra ao Relator para suas considerações iniciais.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria fazer o registro de que nós tivemos um contato com o Dr.



Ozeas, e ele se prontificou a nos receber para, em conjunto conosco, obter, mesmo que não seja uma forma muito atualizada, mas com os meios que ele dispõe lá, do relatório que o patrimônio da União tem sobre as obras inacabadas. Na semana passada, nós procuramos ver se era possível a gente fazer essa reunião, mas em função do próprio feriado não foi possível a gente conversar com ele ou de reunir todos os Deputados para ir. Mas queria deixar ao Presidente e aos Srs. Deputados a posição do Dr. Ozeas, que é o Chefe de Gabinete do Secretário, para providenciar essa documentação. Certamente hoje ou amanhã seria interessante a gente ir ao Ministério da Fazenda conversar com ele e obter esses dados. Além de que fazer esse registro, que acho já importante, dessa resposta que foi feita ao nosso Presidente Damião, do TCU, que aqui está por Estados, de algumas obras que estão já identificadas pelo Tribunal com irregularidade grave. Então, não sei se é do interesse desta Comissão que por aqui a gente já podia relacionar essas obras por Estado e começar a trabalhar e procurar conhecer com maior profundidade o nível dessas irregularidades. Obrigado, Presidente.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Pela ordem o Deputado Sérgio Reis.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir a V.Exa., estava observando aqui a pauta do dia, uma inversão de pauta. Aqui tem um requerimento meu que pede a realização de audiências públicas em todos os Estados da Federação, convidando ou convocando autoridades civis, judiciais, legislativas e executivas ou qualquer pessoa que achar conveniente. Fosse invertida essa pauta, fosse colocado logo de início para esta votação, porque aqui observava



que existem alguns outros requerimentos nesse sentido e que acabariam sendo prejudicados a esse respeito. Este meu requerimento, sendo ele aprovado, já prejudicaria os outros requerimentos, não havendo necessidade de se colocarem em votação, já que este requerimento abrange todos os Estados da Federação.

**O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Pela ordem o Deputado Paulo Baltazar.

**O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR** – Eu queria acompanhar o nosso Relator em relação ao que chegou do Tribunal de Contas da União, que nos dá pelo menos um mapa a respeito de obras que foram vistas pelo Tribunal de Contas da União, entendendo um pouco o trabalho do Tribunal de Contas da União, que é um processo dinâmico, e essa relação do ano de 2000. Algumas obras, por exemplo, dessa relação foram trabalhadas ao longo do processo e certamente por isso já não constam como irregularidades graves. Nós temos aqui, eu fiz questão de somar, 63 obras elencadas aqui que estão com o “sim” de irregularidades graves. Para que a gente dê velocidade ao trabalho, até porque nós temos uma dimensão e um espaço de tempo que não é muito longo, que nós pudéssemos, como critério, de princípio, trabalhar com essas obras em que foram apontadas as irregularidades graves, porque algumas outras, inclusive às vezes irregularidade processual ou irregularidades menores, o Tribunal nem as colocou como graves porque muitas delas já foram até sanadas. Agora, as irregularidades graves, já que não podemos fazer o universo todo, na minha avaliação, deveriam ser aquelas em que a CPI deveria se debruçar, essas que já estão apontadas pelo TCU como irregularidades graves, e não fazer de todas aquelas que têm irregularidades, às vezes processuais



apenas, que foram, é claro, levantadas, mas que não justificam a CPI se debruçar de novo se elas já foram vistas e não têm irregularidade grave. Portanto, eu queria que, como critério, nós pudéssemos, até para aproveitar a colocação do Relator, trabalhar com aquelas que têm irregularidades graves. Essas sim que devem ser investigadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Pois não, Deputado Baltazar. A orientação, inclusive, numa discussão interna que nós tivemos, é exatamente nesse norte da sua proposta.

**O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR** – O.k. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria colocar em votação a inversão da pauta, proposta do Deputado Sérgio Reis. Quem estiver de acordo permaneça como se acha. (*Pausa.*) Aprovado. Então, nós vamos encaminhar o requerimento do Deputado Sérgio Reis. Requerimento: “Venho, através desta, requerer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito das Obras Inacabadas que se digne a realizar audiências públicas em todos os Estados da Federação, convidando ou convocando autoridades civis, judiciárias, legislativas, executivas ou qualquer pessoa que achar conveniente”. Com a palavra o Deputado Sérgio Reis.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Sr. Presidente, Sr. Relator, este requerimento que eu apresento a esta Comissão é para que possamos observar **in loco** essas obras inacabadas em todo o nosso País, que a gente possa argüir, conversar com as autoridades competentes, com as pessoas responsáveis para que a gente tenha uma dimensão, uma visão ampla, uma visão cristalina do que realmente está acontecendo em todo o nosso País, até para evitar que todos os dias



se venha um requerimento pedindo Estado por Estado. Então, eu resolvi por bem a gente ampliar, de uma vez por todas, colocando todos os Estados da Federação para que fossem investigados. Mas, Sr. Presidente, dentro dessa minha colocação queria sugerir a V.Exa., ao Relator e aos companheiros desta CPI, desta Comissão, que nós aproveitássemos o mês de julho, já que é um mês o qual a gente não vai ter trabalho aqui na Câmara, que a gente pudesse, talvez no mês de julho, nós pegássemos uns 15 dias, a gente aproveitasse e fizesse algumas visitas já em alguns Estados, para que a gente pudesse observar **in loco**, fazer algumas reuniões, porque eu não sei se... Me parece que legalmente não é possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Legalmente é, depois a gente coloca isso em discussão com a Comissão.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Está certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Diria em tese.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** - Tudo bem, então. Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 72/01, Deputado Augusto Nardes, requerendo a participação do Sr. José Diogo Cyrillo da Silva na reunião da audiência que trata da CPI das Obras Inacabadas.

**(Não identificado)** – Está presente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Bom, o Deputado não está presente, mas gostaria de colocar em votação. Só se alguém tiver alguma...



**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Sr. Presidente, eu gostaria de saber quem é o Sr. Diogo Cyrillo e a respeito de que seria o motivo pelo qual ele estava sendo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Pois não. O Sr. José Diogo Cyrillo da Silva é o Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, da Secretaria Especial de Políticas Regionais da SUDAM, do Ministério da Integração Nacional. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento 96/01, Deputado Augusto Franco, que requer sejam visitadas obras inacabadas no Estado de Sergipe, objeto de investigação pelo Tribunal de Contas da União.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Para encaminhar, Deputado Sérgio Reis.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – ...eu acho que esse requerimento já se encontra prejudicado em virtude da aprovação do meu requerimento. Era bom que fosse feito uma...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Recheagem. Deputado, eu concordo com a sua colocação, entretanto, só pela questão da colocação do nobre colega que está ausente, ele especifica um pouco sobre Tribunal de Contas da União, eu gostaria de qualquer maneira da gente permanecer com esse requerimento de votação. Em votação o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento 97/01, do Deputado Augusto Franco, solicitando informações ao Conselheiro do Tribunal de



Contas do Estado de Sergipe, Sr. Hildegards Azevedo, sobre obras inacabadas no Estado de Sergipe.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Para encaminhar, a palavra ao Deputado Sérgio Reis.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Eu queria que esta Presidência pudesse me informar uma dúvida que eu tenho a respeito desse requerimento. O Tribunal de Contas do Estado, ele tem a relação dessas obras? Essas obras não ficam não é no TCU, no Tribunal de Contas da União? Eu acho que esse requerimento sobre as obras inacabadas no Estado seriam para obras estaduais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Realmente. Essa colocação do nobre Deputado Sérgio Reis é pertinente, se o Tribunal de Contas do Estado só fiscaliza obras do Estado.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Só para esclarecer o nobre Deputado, estudo técnico daqui da Comissão, ela coloca que foi uma reportagem de jornal onde o Deputado Augusto Franco solicitou e o Tribunal de Contas do Estado coloca as obras. Nós podemos fazer uma avaliação só para saber se as obras que ele colocou podem ter alguns recursos federais.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – A minha preocupação é só sobre a constitucionalidade, se nós não estaríamos procurando saber coisas relacionadas a obras estaduais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Correto.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Só sobre isso a minha indagação.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Nós só vamos fiscalizar, como é preceito da nossa Comissão, se tiver recursos federais na obra.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – A minha preocupação não é só essa, é da gente encaminhar ofício ao Tribunal de Contas do Estado e eles nos responderem dizendo que não tem essa relação entre as obras federais e as obras estaduais. Não sei se compete a nós. Só essa dúvida, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Pela ordem, Deputado Anivaldo Vale.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – A Presidência já tomou algumas providências no que diz respeito a procurar conhecer as obras de certa forma irregulares ou inacabadas em cada Estado, na medida em que ela dirigiu ao Governador do Estado, pedindo essa informação e também aos Presidentes das Assembléias Legislativas. Certamente, eu acho que, pelo tempo decorrido desse expediente, já era de reiterar esse pedido que, certamente, vai estar contemplado essas indagações, porque o Tribunal de Contas do Estado vai apenas acompanhar as obras e vai acompanhar também, vamos dizer assim, a execução do orçamento a nível de Estado e aprovar esse orçamento ou as contas do Governador.

**O SR. DEPUTADO WALDOMIRO BARANCELLI FIORAVANTE** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Pela ordem, Deputado Waldomiro Fioravante.

**O SR. DEPUTADO WALDOMIRO BARANCELLI FIORAVANTE** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de colocar aqui a minha posição sobre



esse requerimento, também minha posição sobre o trabalho desta CPI que, a meu ver, vai ter uma função extremamente importante. Eu quero me colocar aqui a favor da aprovação do requerimento do Deputado Augusto Franco, mesmo que este venha fazendo solicitações referente obras inacabadas no Estado, porque, via de regra, Sr. Presidente, uma obra no Estado dificilmente é feita com recursos apenas do Estado. Via de regra, as obras feitas no Estado também comportam evidentemente recursos que são designados aqui pelo Orçamento da União, pelo Governo Federal. Quanto mais informações tivermos, melhor. Depois se estiver ou não na nossa competência de tomar alguma atitude, de fazer alguma diligência, vai depender muito das informações que vierem. Portanto, são informações que, a meu ver, vêm a somar, e eu quero me colocar a favor desse requerimento pela sua importância. Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** - Só quero colocar, Sr. Presidente, que eu não estou me colocando contra o requerimento do nobre Deputado Augusto Franco. É só a minha preocupação da gente não estar nos colocando numa situação que é obrigação da Assembléia Legislativa de investigar as obras inacabadas relativas ao Estado. Só a minha colocação foi essa, não me opondo à apresentação do requerimento do nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO REGIS CAVALCANTE** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Regis Cavalcante.

**O SR. DEPUTADO REGIS CAVALCANTE** – Sr. Presidente, este aviso encaminhado pelo Tribunal de Contas da União, ele não é suficiente para o objeto de investigação que nós desejamos, haja vista que este aviso estabelece avisos de



obras auditadas durante o exercício de 2000 e ficam pendentes obras inacabadas de exercícios anteriores. Então, eu confirmo isso porque pelo meu próprio Estado aqui, como nós estamos verificando em Alagoas, nós temos obras inacabadas que não estão incluídas aqui. Estão apenas indicadas obras que estão sendo auditadas. Para mim foi até surpresa encontrar uma aqui com irregularidades que já vou observar. Agora, existem obras inacabadas em Alagoas que não estão inseridas nesta auditoria aqui. E é isso que nós temos que ir fundo nesse processo, porque essas informações aqui não são suficientes. E uma preocupação que eu estava colocando aqui com o Deputado Baltazar é exatamente da demora que os Governos dos Estados estão deixando de responder a esses ofícios, a essas solicitações feitas para todo o País, para todos os governadores e assembleias legislativas diante dessas obras. Os governos dos Estados têm conhecimento dessas obras. O Canal do Sertão em Alagoas é uma obra inacabada. Até hoje o Governo não mandou informações sobre isso. Mas nós vamos ter que buscar. O TCU... Não sei se foi o teor do ofício encaminhado, mas o que está aqui de resposta não é suficiente. Então, há necessidade de uma investigação maior. E, a partir de agora, já vou fazer até a nível do meu Estado, fotografando, pedindo solicitação, encaminhando à CPI, porque esperei até que o TCU fosse mais abrangente, mais didático nesse processo. Portanto, nós precisamos ir fundo nessas questões para que essa CPI possa encontrar os objetivos dela. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** - A minha fala é mais ou menos na direção do que foi abordado pelo colega, na medida em que o Tribunal mandou essa



relação com registro de que também mais informações pode buscar via Internet e que seria o que estava disponibilizado. Numa fala que nós tivemos com o Presidente, Dr. Humberto Souto, e ele disse que estaria o Tribunal acompanhando 320 obras. Dessas 320 obras, uma parte ele encaminhou pra nós, dando o registro de que a outra parte estaria na Internet. Então, eu penso que, independentemente dessas informações do TCU, que certamente vão contribuir pra uma formação de dados pra apreciação dessa Comissão, nada impede de ou o Governador ou o Presidente da Assembléia Legislativa ou qualquer cidadão comum encaminhar aqui pra CPI, que nós vamos olhar e estabelecer as prioridades, porque nós ainda não estabelecemos. Nós estamos aqui em busca de dados pra estabelecer as prioridades. E certamente todos vão ter a oportunidade de participar, contribuir com a sua idéia, com o seu pensamento em relação à forma e aos meios que nós vamos utilizar pra aprofundar esse trabalho. Já tenho aqui algum esboço elaborado pela assessoria da Comissão no que diz respeito a dados que seria interessante obter sobre determinadas obras. Está aí a parte da assessoria que vai verificar certamente a sua regularidade. Então, o que está faltando pra nós é justamente saber quais são as obras que nós vamos trabalhar a nível de cada Estado. Mas eu achei interessante, apesar de resumida, a contribuição que o Tribunal mandou pra nós. Mesmo porque, no Estado de Sergipe, nós temos aqui sete obras e das sete obras tem duas com irregularidade grave, que eu não sei como é que está o acompanhamento, já que está sendo discutido lá pelo Estado.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Sr. Relator, o senhor me concede um aparte só para esclarecer o senhor aqui a respeito. Essa obra aqui, a construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica, construção de barragem no Rio



Vaza Barris, no Estado de Sergipe. Essa obra, Sr. Presidente, Sr. Relator, eu estive procurando saber com a Secretaria de Obras do Estado de Sergipe, foi colocada uma emenda no valor de 5 milhões e parece que foi liberado 1 milhão e meio, pra estudar, fazer um projeto da viabilidade da construção dessa barragem, que se chegou depois do projeto concluído que era inviável a construção desse projeto. Então, eu não entendi. Talvez tenha sido algum erro na colocação, que seja uma outra obra que esteja irregular. Era possível que a Presidência procure fazer um levantamento se realmente foi essa obra aqui alocada, porque só foi recurso liberado para o projeto, não deu nem início à colocação dessa obra.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Eu não vou entrar no mérito da qualidade...

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Só foi pra subsidiar V.Exa..

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Sim. Eu colho aí seus subsídios, mas queria fazer o registro o seguinte: pelo fato de não ter iniciado a obra mas ter feito uma licitação e ter havido um desembolso de 1 milhão e meio e que o Tribunal identificou que essa obra está com irregularidade grave, pode ter sido feito até naquilo que é a razão da CPI, que é a regularidade na licitação ou alguma coisa.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Isso. Era só pra se verificar se realmente é essa ou se seria uma outra. Existem oito, não é?

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Estou trabalhando com a hipótese de ser essa obra. Dei como exemplo que o Estado de Sergipe tem duas obras apontadas das sete, com duas irregularidades graves. Então...

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Olha, eles estão nos informando aqui que o “sim” está errado.



**(Não identificado)** – O “sim” é embaixo, é na 182.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – É na 182.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Agradeço aí a contribuição do TCU.

Muito bem, mas permanecem duas obras com duas irregularidades. Não é isso? Mudou só de número.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – A ordem dos fatores não altera o produto. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Permanece. Mas a essência do que eu gostaria de colocar é justamente isso, que já é uma contribuição recebida pela Comissão, que certamente vai ser avaliada aqui pelos Deputados e pelo corpo técnico e pode se constituir...

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Num critério.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** - ...em cima do nosso trabalho. Está certo?

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Bom, vamos botar em votação o requerimento. Depois vou passar a palavra. Em votação o requerimento. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham, o Requerimento nº 97/01. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 98/01, da Deputada Tânia Soares, solicitando aos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de todos os Estados da Federação e do Distrito Federal a relação das obras inacabadas existentes nos respectivos Estados que receberam recursos federais ou provenientes de convênios. A Deputada está ausente. Não havendo quem queira discutir, vou colocar em votação. Em votação o Requerimento nº 98/01. Os



Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. Eu queria chamar a atenção dessa Comissão também que primeiro título que nos chama a atenção forte são as obras inacabadas. Entretanto, é assunto também da nossa Comissão a autorização de bens imóveis da União que são mal utilizados ou pouco utilizados ou não são utilizados, pra que nós também, quando formos verificar, nós também levantemos em relação a isso, porque está muito... o horizonte está muito norteado em relação só às obras inacabadas. Aprovado. Agora, o Requerimento nº 100/01, do Deputado Avenzoar Arruda, solicitando ser convocado o Secretário de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba, a fim de prestar esclarecimentos sobre a paralisação das obras de infra-estrutura hídrica, realizadas com recursos federais e estaduais no referido Estado. Para encaminhar, passo a palavra ao Deputado Avenzoar Arruda.

**O SR. DEPUTADO AVENZOAR ARRUDA** – Sr. Presidente, rapidamente, V.Exa. inclusive que é do meu Estado sabe muito bem da polêmica sobre essa questão dessas obras de recursos de infra-estrutura hídrica. Ou seja, obras que são iniciadas, agora entra um período de seca, aí começa novamente a demanda por recursos. Obras que foram iniciadas que não foram concluídas e outras que deveriam estar inclusive em curso. Ou seja, V.Exa. sabe muito bem da obra que estou me referindo, Canal da Redenção, que deveria estar com, digamos assim, os assentados lá. O que está acontecendo lá hoje? V.Exa. sabe que o que está acontecendo lá é a BR-230 está interditada. Por quê? Porque as pessoas simplesmente que deveriam estar assentadas não estão. Portanto, acho que carece uma explicação dessa matéria. O Secretário deve vir aqui. Ele mesmo já se pronunciou, inclusive dizendo que gostaria de vir dar explicações. Tem excelente oportunidade.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Só pra trocar idéias, por ser da Paraíba, do meu Estado, as realizações hídricas são realizadas com recursos federais em convênio com estaduais. Em votação o Requerimento nº 100/01. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Pois não, Deputado Sérgio Reis.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Queria pedir a V.Exa. que depois pedisse à assessoria da Mesa que encaminhasse esse formulário correto aqui sobre o Estado de Sergipe. Que fosse feita a modificação e encaminhado para todos os membros desta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Solicitaria depois ao nobre representante do Tribunal de Contas, que depois apresente retificação necessária para passar a limpo o Estado de Sergipe, não é, Deputado Sérgio Reis? Requerimento nº 101/01, dos Deputados João Coser e Jaques Wagner, requerendo que seja realizado visita oficial desta comissão às obras da Usina Pedro Cavallo, no Estado da Bahia. Não havendo quem queira encaminhar, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Deputado Augusto Nardes. Requerimento 102/01, solicitando ao Tribunal de Contas — TCU, cópia dos relatórios que apontam indícios de irregularidades em obras do Estado do Rio Grande do Sul. Não havendo quem queira encaminhar... Com a palavra o Deputado Norberto Teixeira, para encaminhar.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr. Relator, nós temos um relatório do TCU de todas as obras irregulares no País.





Nós não podemos pegar aí indícios de uma irregularidades só no Rio Grande do Sul. Nós recebemos um relatório já de todas as obras que têm indícios de irregularidade do Tribunal de Contas da União. Nós não podemos hoje ficar somente discutindo um Estado. Se nós temos um relatório completo, nessas audiências públicas é que nós temos que definir o que nós vamos ver em cada Estado. Estou vendo aqui requerimento sendo aprovado e convocando já secretário, outros requerimentos sendo aprovados pedindo informação a outros órgãos e nós nem começamos ainda a fazer audiências públicas e nem recebemos relatórios de todas as obras inacabadas da União. Primeiro, a gente precisa ter essa informação, para depois começarmos a discutir em cada obra, em cada Estado, em cada visita. Aprovar requerimento podemos aprovar, mas convocar e aqui pedir cópia só de um Estado não, nós temos que pegar cópias de todos os Estados da Federação para que possamos receber uma informação completa do Brasil. Eu sou contrário.

**O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR** – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Paulo Baltazar.

**O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR** – Sr. Presidente, vou tentar contribuir um pouco com a discussão. Concordo com o companheiro Deputado, tem que ser do País inteiro, mas acho que nós poderíamos, porque uma coisa é essa relação das obras em si, outra coisa é o relatório do Tribunal que fez a respeito dessas obras. E aí seria interessante que nós não pedíssemos de todos, até porque... colocar aquelas que o Tribunal disse que há irregularidade grave. Então, se o Tribunal encaminhar o relatório das obras em que ele apontou irregularidade grave, aí nós já estamos afunilando nosso critério e facilitando o nosso trabalho. Não



queremos relatório das obras que ele nem considerou irregularidade grave. Ele já elencou as 63 — para contribuir com o Deputado —, ele já elencou as 63 obras em que ele avaliou que tem irregularidade grave em 2000. Essas obras, então, é que deveriam... nós deveríamos receber o relatório completo, não só a obra, mas o relatório completo do Tribunal de Contas a respeito dessas obras em que ele coloca na sua avaliação que houve irregularidade grave. Esses que têm “sim”. Dessas obras “sim”, deveriam ter... a Comissão, tendo o relatório, quando for ao Estado, já vai com o relatório do Tribunal de Contas da União. Mas naquelas que têm irregularidades graves. É a minha sugestão. O autor não está presente ou está presente? Não está presente o autor?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Não está presente.

**O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR** – Mas poderíamos facilitar, contribuir, de maneira que fosse encaminhado o pedido de irregularidade grave, cópia do relatório das obras em que consta irregularidade grave, do Brasil inteiro, evidentemente.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Pela ordem, Deputado Norberto Teixeira.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Eu concordo, tem de ser com relatório das obras graves, com situação grave, que o Tribunal levantou. Mandou um relatório do Brasil todo, com todas as obras. Eu concordo, não podemos especificar só um Estado, mas de todas as 65 obras que o Tribunal achou que é grave, para que nós possamos começar a levantar, ter um início esta comissão sobre as obras inacabadas.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale. Eu já passo a palavra ao nobre Deputado. (*Pausa.*) Ele cede a palavra para V.Exa., Deputado José Pimentel.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, quero agradecer a compreensão do Sr. Relator, até porque, como ele vai, ao término, encaminhar as várias sugestões, acho que contribuirá a nossa falação com uma certa antecedência. Veja: tão logo o requerimento foi aprovado solicitando ao TCU a relação de obras, como aqui vem, ela passa a ser da própria Comissão. Portanto, o fato do autor desse requerimento inicial não estar presente hoje nós podemos solicitar a complementação. Também tem um acordo de que essas obras consideradas pelo Tribunal com irregularidades graves, venha todo o processo, onde tem todo o diagnóstico, levantamento de dados, para facilitar o nosso trabalho. E eu pediria também, Sr. Presidente, ao Sr. Relator se era possível à assessoria da comissão levantar junto ao SIAF e aos órgãos da Comissão Mista de Orçamento a planilha de liberação de recursos ano a ano, onde vem a discriminação das parcelas, das ordens bancárias, para facilitar o próprio trabalho em que o Sr. Relator tem que se debruçar, na continuidade dos trabalho, e nós também aqui na Comissão. Portanto, nós, recebendo do TCU a relação de todo o processo de levantamento que comprovam as irregularidades e mais esta planilha... permitirá a toda a Comissão ter um detalhamento maior do aprofundamento das investigações, para evitar que depois tenhamos que requerer essa parte complementar, porque, forçosamente, nós vamos precisar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Eu quero informar ao Deputado José Pimentel que V.Exa. pode fazer o requerimento que nós vamos



solicitar esse acompanhamento dos recursos, mas, somente complementando essa sua solicitação, que nós vamos elencar as obras e aí, depois, seriam mais obras na hora em que fôssemos fiscalizar a obra no local. Mas isso não impede que o senhor entregue requerimento solicitando esse acompanhamento. Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Eu queria esclarecer, primeiro ao colega Pimentel, que na reunião que nós fizemos informalmente na Comissão, inclusive com os técnicos do TCU e o assessoramento desta Comissão, ficou discutido e acertado que a hora em que nós elegermos a obra como prioritária para ser trabalhada nesta comissão, certamente essa assessoria vai prestar todas as informações, inclusive no que diz respeito às liberações e trazer essas liberações para o valor constante, o valor atualizado dessas informações, desses valores, porque aí nós vamos poder fazer uma visualização desse processo. Um outro aspecto que é abordado pelo colega do Rio Grande do Sul, no que diz respeito ao requerimento, eu queria deixar registrado que, com relação ao Rio Grande do Sul nas obras que foram listadas pelo Tribunal, não tem nenhum indício, nenhuma delas está com indício de irregularidade e que leva justamente a corroborar com o colega, que nós devíamos voltar nossa atenção naquelas que tenham indício de irregularidade, se esse é o objetivo da Comissão. Agora, eu queria fazer um apelo ao Presidente e também aos membros desta Comissão que é uma praxe aqui nas Comissões só apreciar requerimentos do Deputado requerente presente em plenário. Ele vai justificar o seu requerimento, vai discutir. Eu, particularmente, não tenho nenhuma opinião formada sobre nenhum dos requerimentos aqui e nenhuma restrição a eles, mas seria uma forma até de consideração aos demais colegas ele



chegar aqui na Comissão, fazer o requerimento dele, vir aqui e defender o requerimento. Na medida em que nós formos atender e decidir sobre requerimento sem a presença daquele que solicita, certamente estamos contribuindo para o esvaziamento da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Eu escuto com atenção a colocação do Deputado Anivaldo Vale, mas só em atenção aos colegas, porque, de repente, alguém está em outra comissão, a exemplo do nobre Deputado Augusto Franco, que chegou aqui, mas nós já votamos o seu requerimento e aprovamos. Tenho a impressão... a não ser que seja um assunto polêmico, a gente poderia colocar isso.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – O apelo que eu faço é o seguinte: nós aprovamos vários requerimentos aqui com dois ou três Deputados presentes e vários requerimentos sem o requerente estar presente. Então, eu acho que, até para contribuição, considerando sobretudo o que o colega está solicitando, e de uma deferência a esta colega, tudo bem, mas que ele tenha uma consideração com os que estão presentes. Então, eu peço ao Presidente — é uma sugestão que eu faço ao Presidente — e peço que ele não escute, que ele procure ouvir o que eu estou falando. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Eu só digo o seguinte: eu posso inclusive depois a gente analisar isso melhor. Entretanto, como nós temos tarefas umas atrás das outras aqui, a exemplo de alguns colegas que saíram aqui, puseram a presença e foram pra outras Comissões, então, nós temos às vezes duas, três Comissões ao mesmo tempo. Mas isso não impede, naturalmente, depois a gente tentar em profundidade, discutir o assunto. Bom, em votação o requerimento



102/01, do Deputado Augusto Nardes, para convocação do Tribunal de Contas da União, do relatório que aponta irregularidades nas obras do Rio Grande do Sul. Em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)* Aprovado. Do Deputado João Coser, requerendo visita desta Comissão às obras da usina nuclear Angra III. Só pra fazer uma referência ao Deputado Anivaldo Vale. O Deputado João Coser está numa votação importante ali e me pediu que eu colocasse em votação...

**(Não identificado)** – Ali onde?

**O SR. PRESIDENTE** (Damião Feliciano) – Aqui na Comissão Mista de Orçamento.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Na Comissão de Orçamento, Sr. Presidente. Eu queria também, Sr. Presidente, se for necessário, eu subscrevo o requerimento, passando a ser parte autora.

**O SR. PRESIDENTE** (Damião Feliciano) – Eu gostaria de passar a palavra a V.Exa., para encaminhar.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, Sr. Relator, dando continuidade à visita daquelas obras do setor elétrico que têm paralisação na sua condução, o nosso Deputado João Coser e a bancada do Partido dos Trabalhadores, em entendimento com os Parlamentares desta Comissão, entende que era importante essa diligência às obras da usina nuclear Angra III, até porque é uma das regiões que hoje têm uma deficiência de energia muito grande. Por isso, nós pediríamos ao Sr. Relator e aos pares desta Comissão a aprovação do requerimento.



**O SR. PRESIDENTE** (Damião Feliciano) – Deputado Anivaldo Vale, com a palavra. (*Pausa.*)

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Sr. Presidente, só...

**O SR. PRESIDENTE** (Damião Feliciano) – Deputado Sérgio Reis.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Eu também acho justo. Eu acho que veio numa boa hora esse requerimento do nobre colega João Coser, em virtude dos acontecimentos com problemas elétricos que nosso País está sofrendo. Nós temos aí a usina Angra III paralisada por diversos anos, e é bom que a gente possa observar **in loco**, para que a gente possa ver, tomar conhecimento, se aprofundar quais foram as causas, não é, as principais conseqüências da paralisação dessa obra e saber, daí por diante, se será necessário, será importante o reinício, o investimento dessa obra, se não é. Seria muito interessante. Eu acho muito proveitoso e eu também quero dizer que eu sou favorável à aprovação desse requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale, Relator.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Registrando também o meu voto favorável ao requerimento, queria apenas perguntar ao Deputado Pimentel se ele não achava conveniente incluir nesse requerimento, já que o Governo tomou a iniciativa de algumas ações, no sentido de, até parceria com nosso país vizinho, a Argentina, na forma de procurar conhecer esse trabalho e na forma de reativação de Angra III, e esse processo também está... É uma parceria que está sendo feita, de um acordo que está sendo feito entre o Brasil e a Argentina, que contempla também Angra III. Então, eu acho que, pra aprofundar esse assunto, ou pra discutir, pra



visualizar melhor, seria interessante procurar conhecer esse outro lado, antes até da visita, que é a parceria estabelecida entre o Brasil e a Argentina, no que diz respeito à energia nuclear aqui no Brasil e na Argentina.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, o adendo apresentado pelo Sr. Relator é oportuno, até porque são fatores novos que vão contribuir para a melhor compreensão da retomada da construção de Angra III. Por isso, eu acredito que é importante para nós solicitarmos ao Ministério competente essa documentação. Nós poderíamos analisá-la com antecedência. Aprova o requerimento, e, em seguida, quando definir a agenda e os quesitos a serem abordados e investigados, nós já teríamos muito mais dados. Portanto, acolho a contribuição do Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Damião Feliciano) – Eu, então, eu gostaria que o Deputado Anivaldo Vale, em conjunto com o Deputado José Pimentel, que solicitasse o requerimento a essa Comissão, pra que nós pudéssemos acoplar esse requerimento e, daí, podermos fazer esse associado.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Ao requerimento, não, Presidente. Nós vamos tomar as providência junto à questão do acordo, que precisa. Essa solicitação, a exemplo do que coloca o Deputado Pimentel, nós vamos ter que fazer ao Ministério, não é, pedindo as informações do Ministério, para subsidiar a visita que vai fazer. Deixar o requerimento aprovado, e a data posteriormente marcada. Não é isso o entendimento?

**O SR. PRESIDENTE** (Damião Feliciano) – Correto.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Era isso daí que ele acabou de falar, Sr. Presidente, que eu não tinha entendido perfeitamente. Nós aprovaríamos esse





requerimento e, posteriormente, nós conversaríamos, tomaríamos conhecimento a respeito do que V.Exa. falou, pra depois fazermos a visita. Tá bom.

**O SR. PRESIDENTE** (Damião Feliciano) – Em votação o requerimento. Os Deputados que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Só quero, antes de encerrar a nossa sessão, como nós não tivemos reunião na sessão anterior, esclarecer a visita que nós fizemos lá em Candiota III, não é? Nós fizemos uma visita às obras inacabadas de Candiota III. Está Comissão Parlamentar de Inquérito esteve lá, no Rio Grande do Sul, no Município de Candiota, para vistoriar as obras paralisadas da usina termoeletrica de Candiota III, no último dia 5 de junho. Da obra há apenas o relatório do Tribunal de Contas da União, datado de 96. O referido relatório apresenta irregularidades que vão desde a contratação até a execução da obra. Não existe outro relatório mais atual do TCU referente às obras da usina de Candiota III. O Tribunal de Contas da União nos informou que está sendo auditada essa obra no momento atual. Nós fomos lá, visitamos as obras, que foi acompanhada pelo Presidente da companhia de geração elétrica lá do Rio Grande do Sul, Dr. Luiz Oscar Rodrigues de Melo. Durante a inspeção nós constatamos que os equipamentos de Candiota III, avaliados em 110 milhões de dólares, estão atualmente encaixotados e empilhados dentro de um galpão e outra parte encontra-se ao relento, exposto ao sol e à chuva. Os equipamentos foram adquiridos na França há mais de quinze anos. A dívida referente à usina de Candiota III foi federalizada, ou seja, passada do Governo do Rio Grande do Sul para a responsabilidade da União em 98. O valor da dívida é de mais de 340 milhões de dólares, que nós queremos só saber como é que foi repassado esse recurso. Já foram investidos mais de 50 milhões na usina, depois que a dívida foi



federalizada. Algumas dúvidas nós vamos trazer aqui pra essa Comissão, pra que possa depois ser investigado o caso como foram federalizados os recursos investidos em Candiota III e de onde eram oriundos esses recursos. Também levantamos com a Comissão onde foram gastos os 50 milhões destinados pela União para as obras de infra-estrutura da usina. E, depois, analisarmos juntos se a obra deve ser concluída, mas que precisa ser fiscalizada com rigor pelo Governo Federal. Atualmente, está se fazendo uma solicitação, para ver se alguma empresa privada interessada possa se associar ao Governo Federal, para que haja a conclusão da obra, que está orçada em quase 500 milhões de dólares, e, depois de concluída, ela poder explorar. Nós vamos, depois, aprofundar mais isso. Só estou fazendo o relatório da nossa visita. Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrados os trabalhos, antes convocando a próxima reunião para a próxima quarta-feira, às 14h, num desses plenários. Está encerrada a sessão.